

## COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE SÃO VICENTE - AME VICENTE - SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECONCI - SP

## Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP AME SÃO VICENTE - Ambulatório Médico de Especialidades de São Vicente

CNPJ nº 61.687.356/0042-08

## Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)				Demonstrações de Resultados dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.600.495	3.471.566	Fornecedores	5	446.860	377.541
Estoques	4	273.887	317.737	Obrigações trabalhistas e tributárias	6	800.002	715.921
Adiantamentos		16.633	22.320	Subvenção governamental para custeio	7	2.669.750	2.743.591
Despesas antecipadas		12.574	12.407	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.916.612</b>	<b>3.837.053</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.903.589</b>	<b>3.824.030</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>3.916.612</b>	<b>3.837.053</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Depósitos judiciais	9.1	13.023	13.023	Patrimônio social		-	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>13.023</b>	<b>13.023</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>13.023</b>	<b>13.023</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.916.612</b>	<b>3.837.053</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.916.612</b>	<b>3.837.053</b>	<b>Passivo compensação</b>			
<b>Ativo compensação</b>				Subvenção governamental para investimentos aplicados	8.1	2.605.662	2.583.471
Imobilizado	8.1	2.605.662	2.583.471	<b>Total do passivo compensação</b>		<b>2.605.662</b>	<b>2.583.471</b>
<b>Total do ativo compensação</b>		<b>2.605.662</b>	<b>2.583.471</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Relatório Execução Orçamentária - Período 01/01/2022 a 31/12/2022

Valor R\$ 3.468.066,26

## Saldo de caixa em 31/12/2021

## Demonstrativo dos Repasses Públicos Recebidos

## Origem dos Recursos: Estadual

Data prevista para o repasse	Valores previstos R\$	Documento de crédito nº	Notas de empenho nº	Data	Valores repassados R\$
07/01/2022	1.513.440,00	2022OB00647	2022NE00051	07/01/2022	1.513.440,00
07/02/2022	1.513.440,00	2022OB10462	2022NE00178	04/02/2022	1.513.440,00
08/03/2022	1.513.440,00	2022OB13828	2022NE00291	04/03/2022	1.513.440,00
07/04/2022	1.513.440,00	2022OB22150	2022NE00291	06/04/2022	1.513.440,00
06/05/2022	1.513.440,00	2022OB32397	2022NE00291	06/05/2022	1.513.440,00
07/06/2022	1.513.440,00	2022OB43956	2022NE00291	06/06/2022	1.513.440,00
07/07/2022	1.513.440,00	2022OB57470	2022NE00291	06/07/2022	1.513.440,00
05/08/2022	1.513.440,00	2022OB69548	2022NE00291	05/08/2022	1.513.440,00
08/09/2022	1.513.440,00	2022OB81938	2022NE00291	06/09/2022	1.513.440,00
07/10/2022	1.513.440,00	2022OB94398	2022NE00291	06/10/2022	1.513.440,00
08/11/2022	1.513.440,00	2022OBA7792	2022NE00291	07/11/2022	1.513.440,00
07/12/2022	1.513.440,00	2022OBC2640	2022NE00291	06/12/2022	1.513.440,00
<b>Subtotal</b>					<b>18.161.280,00</b>
<b>Receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos</b>					<b>555.599,36</b>
Outras receitas					1.787,34
Recursos próprios aplicados pela organização social					-
<b>Total das receitas</b>					<b>18.718.666,70</b>
<b>Total das despesas no exercício 2022</b>					<b>18.586.237,89</b>
Recurso público não aplicado					3.600.495,07
Valor devolvido ao contratante					-
<b>Valor autorizado para aplicação no exercício seguinte</b>					<b>3.600.495,07</b>

## Relatório Execução Técnica - Contratado x Realizado - Período 01/01/2022 a 31/12/2022

Contratado/Realizado	1º semestre		2º semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
<b>Consultas Médicas</b>				
Primeira Consulta	12.120	8.792	12.120	9.350
Interconsulta	2.580	2.182	2.580	2.194
Consulta Subsequente	13.884	17.910	13.884	17.366
<b>Total</b>	<b>28.584</b>	<b>28.884</b>	<b>28.584</b>	<b>28.910</b>
<b>Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos</b>				
Consultas Não Médicas	4.020	5.625	4.020	5.593
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	720	1.316	720	1.433
<b>Total</b>	<b>4.740</b>	<b>6.941</b>	<b>4.740</b>	<b>7.026</b>
<b>Atividade Cirúrgica</b>				
Cirurgias Ambulatoriais CMA	1.122	1.153	1.122	1.181
<b>Total</b>	<b>1.122</b>	<b>1.153</b>	<b>1.122</b>	<b>1.181</b>
<b>SADT Externo</b>				
Diagnóstico por Endoscopia	744	789	744	879
Métodos Diagnósticos em Especialidades	2.676	2.878	2.676	3.209
Diagnóstico por Radiologia	1.572	1.935	1.572	2.078
Diagnóstico por Ultrassonografia	2.748	2.124	2.748	2.660
<b>Total</b>	<b>7.740</b>	<b>7.726</b>	<b>7.740</b>	<b>8.826</b>
<b>Projeto Especial "Corujão da Saúde - Oftalmologia"</b>				
Consultas Médicas	-	434	-	-
Primeiras Consultas em Oftalmologia	-	434	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>434</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais)

**1. Contexto operacional:** O Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP ("Entidade"), fundado em 20 de março de 1964, é pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de associação, filantrópica e sem finalidade de lucros, destinado a prestar assistência social, promoção e prevenção à saúde, educação e demais atividades afins à população. Foi declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 63.204 de 03 de setembro de 1968, Lei Estadual nº 22 de 25 de setembro de 1972 e Decreto nº 9.526 de 18 de junho de 1971, alterado pelo Decreto nº 49.794, de 21 de julho de 2008. É portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS - conforme Portaria nº 714, de 03 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 05 de outubro de 2022, parecer técnico nº 348/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.182019/2020-48, que defere a renovação do certificado com validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. Em 1998, foi promulgada da Lei Complementar nº 846/98 aprovada pela Assembleia Legislativa, o Governo do Estado de São Paulo passou a qualificar entidades filantrópicas para a celebração de Contratos de Gestão com vistas à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde de unidades públicas. Assim sendo, a entidade foi qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo, como Organização Social de Saúde - "OSS". Em decorrência destas qualificações e da experiência adquirida ao longo dos anos, a entidade participou de chamamento público e foi vencedora no processo de seleção, assumindo a gestão do Ambulatório Médico de Especialidades de São Vicente (AME SÃO VICENTE). A Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em janeiro de 2018.

**2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis:**

**2.1. Base de apresentação Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 "Entidades sem Finalidade de Lucros" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 9 - Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências.** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **Principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". De acordo com o Contrato de Gestão, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade, quer seja custeio ou investimento. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo de até 90 dias, visando a continuidade normal das atividades da Entidade. **b. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo valor de custo de aquisição e estão relacionados, principalmente, a medicamentos e insumos ambulatoriais para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos ambulatorios. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado:** Os elementos do ativo imobilizado são reconhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Os bens adquiridos para as unidades públicas administradas pela Entidade no âmbito do contrato de gestão, por se tratarem de bens do Estado de São Paulo são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos aplicados. Os ativos imobilizados utilizados nas operações do ambulatório, são bens patrimoniais públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência do Contrato de Gestão são destinados a operacionalização das atividades de serviços de saúde. Visando a formalização da cessão dos bens móveis, anualmente são emitidos os termos de permissão de uso, que visam a incorporação dos mesmos a Administração Pública. **d. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos. **e. Subvenções governamentais:** Quando destinados ao custeio, os recursos são creditados no grupo de conta "Receitas com Contratos de Gestão" no resultado do

Nota	2022	2021	
<b>Receitas operacionais</b>			
Receitas de serviços prestados	10	18.235.120	16.817.042
<b>Custos de serviços prestados</b>	11	<b>(13.952.578)</b>	<b>(12.694.576)</b>
<b>Resultado bruto</b>		<b>4.282.542</b>	<b>4.122.466</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Administrativas e gerais	11	(4.866.587)	(4.321.234)
		<b>(4.866.587)</b>	<b>(4.321.234)</b>
<b>(Déficit) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(584.045)</b>	<b>(198.768)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>			
Receitas financeiras	12	586.843	201.245
Despesas financeiras	12	(2.798)	(2.477)
		<b>584.045</b>	<b>198.768</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	2022	2021
<b>Superávit do exercício</b>	-	-
Resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	-	-	-
Incorporação do superávit do exercício	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Incorporação do superávit do exercício	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>		
Superávit do exercício	-	-
<b>(Aumento) Redução nos ativos em</b>		
Estoques	43.850	194.238
Adiantamentos	5.688	6.256
Despesas antecipadas	(167)	231
Depósitos judiciais	-	(2.964)
<b>Aumento (Redução) nos passivos em</b>		
Fornecedores	69.318	38.816
Obrigações trabalhistas e tributárias	84.081	81.837
Subvenção governamental para custeio	(73.841)	94.794
<b>Fluxo de caixa proveniente utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>128.929</b>	<b>413.208</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>128.929</b>	<b>413.208</b>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	3.471.566	3.058.358
No final do exercício	3.600.495	3.471.566
	<b>128.929</b>	<b>413.208</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Relatório de Execução - Período 01/01/2022 a 31/12/2022

Nº de consultas ambulatoriais	57.794
<b>Nº de exames realizados</b>	
Diagnóstico por endoscopia	1.668
Diagnóstico por radiologia	4.013
Métodos diagnósticos em especialidades	6.087
Diagnóstico por ultrassonografia	4.784
Projeto especial "corujão da saúde - oftalmologia"	434

exercício, para fazer face às despesas incorridas. As subvenções para investimentos são reconhecidas como subvenção a aplicar no passivo circulante, sendo reconhecida como recurso de subvenção aplicada no momento das aquisições dos ativos, as quais são controladas em contas de compensações. **f. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Receita operacional: (i) Receita com contrato de gestão e operacionalização de serviços:** A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, através de Contratos de Gestão, celebra parcerias de gestão de serviço de saúde no âmbito do Estado de São Paulo. A legislação estadual regulamentou as parcerias com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de celebrar Contrato de Gestão de Serviços com a Secretaria de Saúde. Visando o gerenciamento de ambulatorios de saúde, as legislações determinaram ainda que estes equipamentos gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A remuneração dos contratos de gestão são definidas de acordo com suas características de atendimento, orçamento de custeio pré-fixado, baseados em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do equipamento e em indicadores de organização do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratualização de serviços no SUS, sendo estabelecidas metas quantitativas (internações e atendimentos ambulatoriais) e metas qualitativas para o acolhimento do usuário SUS, humanização, entre outras. Ao final de cada exercício, é celebrado termos de retificação ao contrato de gestão vigente, em que valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas propostas em relação às atividades. **i. Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **j. Apuração do resultado:** As receitas decorrentes de subvenções do contrato de gestão, custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência. As subvenções decorrentes do contrato de gestão são reconhecidas conforme os valores previstos nos contratos celebrados com o poder público. **k. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber do Estado são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber do Estado sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo,